

Reforma Tributária e o Impacto no Simples Nacional

Desafios e Oportunidades para Micro e Pequenas Empresas

Matheus Rodrigues



Legislação



Tributação



Pequenos Negócios



Análise Financeira

Contextualização da Reforma Tributária



Visão Geral

A Lei Complementar 214/2025 marca o início de uma transformação profunda no sistema tributário brasileiro, com efeitos práticos a partir de 2026.

Após mais de 20 anos de estudos e amadurecimento institucional, o Brasil adotará o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já implementado com sucesso em mais de 170 jurisdições.



Principais Mudanças

- ✓ **Novo Sistema Dual:** Implementação do IBS (alíquota 18%) e CBS (alíquota 9,25%)
- ✓ **Mudança de Paradigma:** O tributo deixa de ser da empresa e passa a ser do consumidor final
- ✓ **Simplificação:** Eliminação gradual de regimes especiais e benefícios fiscais
- ✓ **Créditos Ampliados:** Aproveitamento mais amplo de créditos tributários na cadeia produtiva



Implementação

Efeitos práticos a partir de 2026



Alíquotas Combinadas

Até 28% (IBS + CBS + Encargos)



Alinhamento Global

170+ jurisdições com IVA

O Simples Nacional em Risco

Estudo conduzido pela **Revizia**, empresa especializada em tecnologia para gestão tributária, alerta para possíveis impactos negativos da Reforma Tributária no regime do Simples Nacional.

⚠ Principais Achados

- O Simples Nacional pode se tornar mais caro e complexo que regimes tradicionais como Lucro Real e Lucro Presumido
- A proposta prevê recolhimento separado do IBS e CBS, substituindo a guia única do DAS
- Maior impacto para empresas de comércio e serviços, que representam a maior parte dos optantes pelo regime

📊 Metodologia do Estudo

- ✓ Análise de dados de 164 empresas dos setores de comércio e serviços
- ✓ Coleta via certificado digital (PGDAS, eSocial, NFes, NFSes)
- ✓ Simulações com IBS (18%), CBS (9,25%) e encargos sociais (27,5%)



18 milhões

Empresas no Simples
Nacional



42 milhões+

Empregos sustentados

📈 Análise Comparativa

Apesar do modelo híbrido mostrar-se, em média, mais vantajoso:

- Em 13 empresas analisadas, o Lucro Real apresentou menor custo
- Em 17 empresas, o Lucro Presumido foi mais vantajoso

"A variação está ligada ao perfil dos fornecedores, à capacidade de aproveitamento de créditos fiscais, ao volume da folha salarial e à natureza das despesas."



O discurso de simplificação que acompanha a proposta da Reforma Tributária pode esconder impactos negativos para micro e pequenas empresas brasileiras.

Modelo Híbrido do Simples Nacional

O que é o Modelo Híbrido?

Nova proposta para o Simples Nacional que substitui o tradicional sistema de guia única (DAS) por um sistema de recolhimento separado:

- Recolhimento separado do IBS (18%)
- Recolhimento separado do CBS (9,25%)
- Encargos sociais (27,5%)

Impactos Principais

- ↑ Possível elevação da carga tributária, especialmente para empresas de comércio e serviços
- 📄 Substituição da guia única DAS por múltiplos recolhimentos
- 📅 Maior complexidade contábil e fiscal para micro e pequenas empresas

Comparativo de Vantagens

Carga tributária média comparada:

Modelo Híbrido vs. Lucro Real

Modelo Híbrido -21,6%

Modelo Híbrido vs. Lucro Presumido

Modelo Híbrido -17,6%

Baseado em estudo com 164 empresas dos setores de comércio e serviços

Exceções Encontradas

O modelo não é vantajoso para todos os casos:

 13

Empresas com menor custo no
Lucro Real

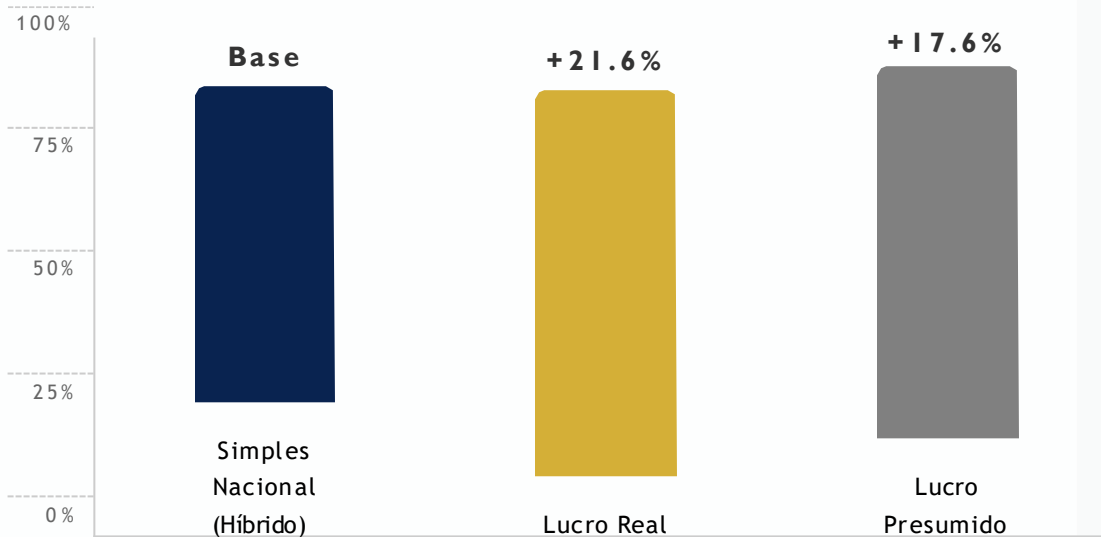
 17

Empresas com menor custo no
Lucro Presumido

Comparativo entre Regimes Tributários

Baseado em análise de dados de 164 empresas dos setores de comércio e serviços

Carga Tributária Comparativa



Comparação da Carga Tributária (Base: Simples Nacional = 100%)

■ Simples Nacional (Híbrido) ■ Lucro Real ■ Lucro Presumido



Principais Conclusões

- ✓ **Vantagem média do modelo híbrido:** Carga tributária 21,6% menor que o Lucro Real e 17,6% inferior ao Lucro Presumido
- ⓘ **Exceções importantes:** Para 13 empresas, o Lucro Real foi mais vantajoso, e para 17, o Lucro Presumido apresentou menor custo
- ⓘ **Fatores determinantes:** Perfil dos fornecedores, capacidade de aproveitamento de créditos fiscais, volume da folha salarial e natureza das despesas



Consideração importante: A escolha do regime mais adequado exige análise detalhada e individualizada, considerando as especificidades operacionais e financeiras de cada empresa.

Variáveis Críticas para Escolha do Regime

A decisão sobre o regime tributário mais adequado exige análise detalhada, considerando aspectos específicos de cada negócio:



Composição de Fornecedores

O regime tributário dos fornecedores impacta diretamente os créditos fiscais e custos da operação.

📌 Empresas que comprem mais de 55% dos insumos de fornecedores do Lucro Real/Presumido tendem a ter carga tributária maior que no regime híbrido.



Perfil de Clientes

O tipo de cliente atendido (B2B ou B2C) influencia significativamente a estratégia tributária.

⚠️ No mercado B2C, o regime híbrido pode representar custo maior comparado a outras opções.



Despesas e Créditos

Volume e natureza das despesas que podem gerar créditos tributários impactam a escolha do regime.

💡 A capacidade de aproveitamento de créditos fiscais é determinante para a economia tributária.



Estrutura da Folha

O volume da folha salarial e seus encargos (que podem chegar a 27,5%) influenciam diretamente a carga tributária total.

📋 Empresas intensivas em mão de obra devem avaliar cuidadosamente este componente.



Natureza dos Serviços

Especificidades dos serviços prestados e sua classificação fiscal podem alterar significativamente a tributação.

🔄 Diferentes tipos de serviços podem ter tratamentos tributários distintos nos diversos regimes.



Análise Tecnológica

Ferramentas tecnológicas, como a plataforma da Revizia, são fundamentais para simulações com dados reais de cada empresa.

✅ Uma avaliação individualizada é essencial para tomar a decisão mais acertada sobre o regime tributário.

A escolha do regime ideal exige análise detalhada e personalizada para cada negócio.

Desafios Operacionais para MPEs

⚠ A reforma tributária impõe desafios significativos para as micro e pequenas empresas, que frequentemente operam com estruturas contábeis enxutas e suporte externo limitado.



Controle Rigoroso de Créditos e Débitos

O controle que antes era comum apenas entre grandes empresas será obrigatório para micro e pequenas, apesar da estrutura contábil enxuta e limitado suporte externo.



Margens Reduzidas

Muitas micro e pequenas empresas trabalham com margens reduzidas e dependem da antecipação de recebíveis para manter o fluxo de caixa, tornando-as vulneráveis a aumentos na carga tributária.



Estrangulamento do Fluxo de Caixa

O sistema de "split payment", com retenção e devolução automática de tributos, pode gerar desequilíbrios financeiros se não for cuidadosamente modelado.



Recolhimentos Antecipados

Com tributos mais altos e recolhimentos antecipados, há risco de desequilíbrios que podem levar à falência, muitas vezes sem que os empresários entendam a origem dos problemas.



Complexidade Técnica

As novas exigências podem superar a capacidade técnica e operacional desses negócios, dificultando o cumprimento das obrigações tributárias.



Suporte Contábil Insuficiente

A estrutura contábil típica das MPEs pode ser insuficiente para lidar com as novas complexidades do sistema tributário reformado.

“O controle rigoroso de créditos e débitos fiscais, até então comum apenas entre grandes empresas, será obrigatório para micro e pequenas, que normalmente possuem estrutura contábil enxuta e limitado suporte externo.”




— Vitor Alves,
CEO da Revizia

Impactos na Competitividade

Cenário Competitivo




A mudança no regime do Simples Nacional afetará significativamente a posição competitiva das micro e pequenas empresas, especialmente em mercados onde a geração de créditos tributários é um fator decisivo.

Impactos Potenciais:




-  Perda de clientes no mercado B2B
-  Redução de margens operacionais
-  Risco de encerramento de atividades

Comparativo de Mercados

Mercado B2B

-  Geração de créditos é fator decisivo
-  Impossibilidade de gerar créditos reduz atratividade
-  Risco de migração para fornecedores de outros regimes

Mercado B2C

-  Regime híbrido pode representar custo maior
-  Dificuldade em repassar custos ao consumidor final
-  Pressão sobre margens operacionais já reduzidas

Impacto Econômico Ampliado

O comércio representa um dos setores com maior número de CNPJs ativos no Brasil. A fragilização desse segmento pode comprometer a geração de empregos e a dinâmica econômica local e nacional.

Consideração Estratégica:

Empresas do Simples Nacional precisarão avaliar sua posição em cadeias produtivas e considerar estratégias como segregação de atividades para operações B2C e B2B.

Oportunidades da Nova Legislação

A Reforma Tributária, apesar dos desafios, traz oportunidades significativas para modernizar a estrutura tributária e promover justiça fiscal:



Fim da Substituição Tributária

Eliminação da ST para diversos produtos como bebidas, cigarros e refrigerantes, reduzindo burocracia e distorções no cálculo de tributos.

Beneficia especialmente empresas de médio porte e redes varejistas.



Adoção de Créditos Amplos

O novo modelo permitirá o aproveitamento mais amplo de créditos tributários, beneficiando cadeias produtivas integradas.

Estimula eficiência operacional e reduz custos ao longo da cadeia.



Cesta Básica Nacional com Alíquota Zero

Produtos essenciais como fraldas, leite, ovos e proteína animal terão isenção ou alíquotas reduzidas.

Favorece o consumo e gera impacto positivo ao varejo alimentar e redes de farmácias.



Reconhecimento de Incentivos Trabalhistas

Empresas que oferecem benefícios como bolsas de estudo e creches aos colaboradores poderão deduzir esses valores da base de cálculo do novo tributo.

Estímulo direto à valorização de pessoas e ao investimento social corporativo.

“

A reforma abre uma chance histórica para corrigir distorções antigas, modernizar a estrutura tributária e promover justiça fiscal, proporcionando meios reais de modernização e simplificação do sistema.”

Cronograma de Implementação

Prazos e etapas para implementação da Reforma Tributária (2026-2033)

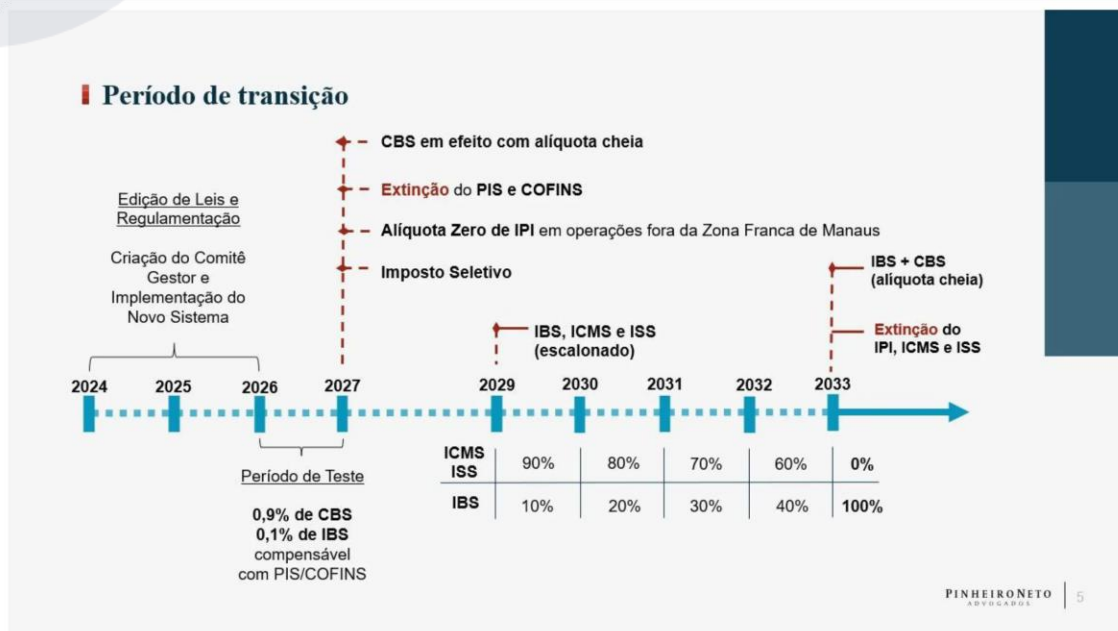


Figura 2 — Cronograma de implementações

Figura: Cronograma de implementações da Reforma Tributária

Impactos para o Simples Nacional

2026

Início dos efeitos práticos da Reforma Tributária

2027

Extinção do PIS/COFINS e implementação do modelo híbrido para o Simples Nacional

2029-2033

Transição gradual do ICMS/ISS para o IBS, com impactos crescentes na operação das MPes

2033

Implementação completa do novo sistema tributário

⚠ Pontos de Atenção para Empresários do Simples Nacional



Possibilidade de mudança de regime duas vezes ao ano (janeiro e julho)



Adaptação de sistemas e processos contábeis



Planejamento para o novo controle de créditos e débitos fiscais

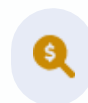
Recomendações para Empresários

Diante das mudanças tributárias, empresários devem adotar uma abordagem estratégica para preservar a competitividade e sustentabilidade de seus negócios. Confira as principais recomendações:



Simulações com Dados Reais

- › Utilize plataformas como a da Revizia para simular cenários com seus próprios dados
- › Compare os diferentes regimes tributários considerando seu perfil específico
- › Analise o impacto do split payment no fluxo de caixa da empresa



Revisão Estrutural

- › Reavalie a composição da folha salarial e seus encargos
- › Analise o perfil de fornecedores e seus regimes tributários
- › Examine a estrutura de custos e despesas que podem gerar créditos



Ações Contratuais

- › Renegocie contratos com clientes e fornecedores
- › Rediscuta regimes com clientes, especialmente no mercado B2B
- › Quem negociar agora terá muito a ganhar com a antecipação



Planejamento Estratégico

- › Considere a segregação de atividades para operações B2C e B2B
- › Revise localizações logísticas e imobiliárias
- › Encare a reforma como transformação estrutural, não apenas fiscal

💡 *As decisões tomadas agora serão determinantes para o sucesso ou para as dores dessa transição.*

Próximos Passos e Preparação

Ações Prioritárias

Ações Imediatas

- Simular cenários com dados próprios da empresa e seus clientes
- Iniciar renegociação de contratos que dependem de regimes especiais
- Avaliar estrutura de fornecedores e seu impacto nos créditos tributários

Curto Prazo (6 meses)

- Revisar estrutura da folha salarial e encargos associados
- Considerar estratégias como segregação de atividades B2C e B2B
- Revisar localizações logísticas e imobiliárias para otimização fiscal

Médio Prazo (12 meses)

- Adaptar sistemas para controle rigoroso de créditos e débitos fiscais
- Treinar equipes para as novas exigências técnicas e operacionais
- Reformular processos contábeis para alinhar com o novo sistema

Abordagem Estratégica

Encare a reforma não apenas como uma questão fiscal, mas como uma transformação estrutural do negócio que exige planejamento e visão estratégica.

"As decisões tomadas agora serão determinantes para o sucesso ou para as dores dessa transição."

Ferramentas de Apoio



Simuladores Tributários

Utilize plataformas como a da Revizia para simulações com dados reais da empresa



Consultoria Especializada

Busque apoio técnico para avaliações individualizadas e personalizadas



Entidades de Classe

Acompanhe as orientações da FecomercioSP e outras federações

Fontes e Referências

Estudos e Relatórios

Revizia (2025)

Estudo sobre o impacto da Reforma Tributária no Simples Nacional. Análise de dados de 164 empresas dos setores de comércio e serviços.

Conselho de Assuntos Tributários (CAT) da Fecomercio-SP (2025)

Apresentação "A Reforma Tributária na Prática – Desafios e Oportunidades". Reunião de junho de 2025.

Depoimentos de Especialistas

Alves, Vitor (2025)

CEO da Revizia e ex-auditor-fiscal da Receita Estadual de São Paulo. Declarações sobre impactos operacionais da reforma para MPes.

Peroba, Luiz Roberto (2025)

Sócio da área Tributária do Pinheiro Neto Advogados. Análise sobre oportunidades e desafios do novo sistema tributário.

Legislação e Documentos Oficiais

Lei Complementar 214/2025

Regulamentação da Reforma Tributária brasileira. Estabelece o novo modelo de tributação baseado no IVA, incluindo IBS e CBS.

Documentos da Reforma Tributária (2025)

Textos oficiais sobre alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de 18%, Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de 9,25% e encargos sociais de 27,5%.

Publicações Institucionais

FecomercioSP (2025)

Análises e posicionamentos sobre a Reforma Tributária e seus impactos no setor de comércio e serviços.

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (2025)

Contribuições para o aprimoramento do texto na segunda fase da regulamentação da reforma.

Dados compilados e atualizados em 29 de julho de 2025